



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

X

GASTOS COM PESSOAL

ABRIL/2007 A MARÇO/2008



PORTARIA Nº 080/GABS/SEF, 29/04/2008.¹

Torna Público o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal – por Poder e Órgão, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – segundo a LRF e o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal – segundo a LRF, relativos às Administrações Direta e Indireta, do período de abril/2007 a março/2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 74, parágrafo único, inciso I da Constituição Estadual, **TORNA PÚBLICO** o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal – por Poder e Órgão, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – segundo a LRF e o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal – segundo a LRF, relativos às Administrações Direta e Indireta, do período de abril/2007 a março/2008, em cumprimento a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

SÉRGIO RODRIGUES ALVES
Secretário de Estado da Fazenda

¹ Publicada no Diário Oficial do Estado nº 18.352, de 30/04/2008.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL											
Período de referência: Abril de 2007 a Março de 2008											
Especificação	Limite Legal	Limite Prudencial (95% do Limite Legal)	Limite de Alerta (90% do Limite Legal)	ANÁLISE EM RELAÇÃO AO LIMITE LEGAL Conforme LRF				ANÁLISE EM RELAÇÃO AO LIMITE LEGAL Conforme Decisão TCE/SC nº 1173/2005 ¹			
				VALOR	%	% ²	VALOR ²	VALOR	%	% ²	VALOR ²
Receita Corrente Líquida				8.812.966.844,49				8.812.966.844,49			
Total da Despesa com Pessoal para Fins de Apuração do Limite	60%	57%	54%	4.319.382.653,30	49,01	10,99	968.397.453,39	4.212.549.432,57	47,80	12,20	1.075.230.674,12
Despesa com Pessoal - por Poder e Órgão:											
Poder Executivo	49%	46,55%	44,10%	3.459.417.454,89	39,25	9,75	858.936.298,91	3.459.417.454,89	39,25	9,75	858.936.298,91
Poder Legislativo³	3%	2,85%	2,70%	238.771.874,23	2,71	0,29	25.617.131,10	214.325.063,60	2,43	0,57	50.063.941,73
Assembléia Legislativa	2,20%	2,09%	1,98%	172.108.815,42	1,95	0,25	21.776.455,16	156.612.751,91	1,78	0,42	37.272.518,67
Despesa com pessoal conforme a LRF				172.108.815,42				172.108.815,42			
(-) Cota Previdência Servidor				-	-	-	-	8.775.070,81	-	-	-
(-) Cota Previdência Patronal				-	-	-	-	6.720.992,70	-	-	-
Tribunal de Contas	0,80%	0,76%	0,72%	66.663.058,81	0,76	0,04	3.840.675,95	57.712.311,69	0,65	0,15	12.791.423,07
Despesa com pessoal conforme a LRF				66.663.058,81				66.663.058,81			
(-) Cota Previdência Servidor				-	-	-	-	5.198.760,45	-	-	-
(-) Cota Previdência Patronal				-	-	-	-	3.751.986,67	-	-	-
Poder Judiciário	6%	5,70%	5,40%	450.428.045,90	5,11	0,89	78.349.964,77	394.002.367,42	4,47	1,53	134.775.643,25
Despesa com pessoal conforme a LRF				450.428.045,90				450.428.045,90			
(-) Cota Previdência Servidor				-	-	-	-	29.322.702,85	-	-	-
(-) Cota Previdência Patronal				-	-	-	-	27.102.975,63	-	-	-
Ministério Público	2%	1,90%	1,80%	170.765.278,28	1,94	0,06	5.494.058,61	144.804.546,66	1,64	0,36	31.454.790,23
Despesa com pessoal conforme a LRF				170.765.278,28				170.765.278,28			
(-) Cota Previdência Servidor				-	-	-	-	14.339.057,73	-	-	-
(-) Cota Previdência Patronal				-	-	-	-	11.621.673,89	-	-	-

FONTE: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e Comparativo da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga.

Notas:

¹ A Decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 1173/2005 estabelece que as Contribuições Previdenciárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, repassadas ao RPPS/SC (IPESC) deverão ser deduzidas da despesa com pessoal, para fins de apuração do limite.

² Os valores e percentuais negativos evidenciam o montante que excedeu ao limite legal.

³ O limite do Poder Legislativo (3%) deve ser repartido entre a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros anteriores ao ato da publicação da LRF (art. 20, § 1º).

Observações:

Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer **espécies remuneratórias**. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Serviços Terceirizados.

No mês de outubro de 2007 a Receita Corrente Líquida registrou um valor acima da média mensal, ocasionado pelo ingresso de receita decorrente da antecipação pela União de parcelas dos Títulos da Federalização do IPESC no valor de R\$ 275 milhões. Este valor foi utilizado pelo IPESC para o pagamento de Pessoal Inativo nos meses de outubro a dezembro de 2007.

As Aposentadorias e Pensões pagas pelo IPESC com recursos diretamente arrecadados pelo RPPS não devem ser computadas no gasto com pessoal, conforme dispõe o art. 19, inciso VI da LRF. Se desconsiderarmos a Receita com a antecipação dos Títulos e as Despesas custeadas com estes recursos o percentual do Poder Executivo passaria para 43,74%.

Florianópolis, 25 de abril de 2008

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC Nº 15.874/O

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL
CONTADORA CRCSC Nº 25.039/O-2

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ABRIL/2007 A MARÇO/2008

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2008
	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08		
RECEITAS CORRENTES I (I)	932.132.305,52	946.737.785,75	965.396.709,85	931.032.333,06	925.149.593,37	984.912.487,19	1.277.433.417,74	1.062.676.703,83	1.152.109.564,71	1.103.575.889,88	1.042.756.570,71	1.051.160.501,23	12.375.073.862,84	13.674.520.433,00
Receita Tributária	648.883.832,30	644.235.323,61	657.653.354,37	642.737.007,38	646.905.675,43	680.747.561,07	688.720.053,04	748.691.204,53	766.276.845,67	759.061.424,20	718.746.389,08	711.189.207,34	8.313.847.878,02	9.007.029.891,00
ICMS	553.046.244,98	547.419.811,06	564.835.508,54	538.760.862,00	541.802.429,55	583.943.393,82	560.417.186,18	582.823.821,49	611.458.349,04	641.211.364,36	604.957.797,42	593.583.721,00	6.924.260.489,44	7.680.628.829,00
IPVA	49.096.854,71	47.340.327,52	44.253.067,69	53.269.847,64	51.702.014,75	47.382.426,98	72.640.044,75	37.490.044,16	24.352.985,00	43.688.421,01	60.316.254,54	61.032.162,36	592.564.451,11	605.850.030,00
ITCD	2.671.092,84	3.757.340,81	3.322.803,17	2.852.546,80	3.152.545,55	2.905.481,91	3.687.717,58	3.183.254,67	3.502.846,60	2.645.996,76	3.496.996,56	4.401.043,23	39.579.666,48	35.630.953,00
Outras Receitas Tributárias	44.069.639,77	45.717.844,22	45.241.974,97	47.853.750,94	50.248.685,58	46.516.258,36	51.975.104,53	125.194.084,21	126.962.665,03	71.515.642,07	49.975.340,56	52.172.280,75	757.443.270,99	684.920.079,00
Receita de Contribuições	27.552.595,12	26.897.776,38	27.134.757,48	26.844.532,90	25.714.084,66	46.131.529,97	28.401.177,84	349.315.660,81	51.530.266,34	27.946.363,94	27.167.541,18	32.362.558,36	696.998.844,98	439.022.470,00
Receita Patrimonial	14.470.716,69	17.460.707,21	16.816.770,47	12.560.281,85	19.767.222,91	15.471.135,27	17.346.244,37	16.106.537,89	29.530.871,29	18.926.397,21	13.510.472,62	14.010.149,49	205.977.507,27	224.025.146,00
Receita Agropecuária	152.935,96	152.296,62	106.098,94	170.415,86	213.533,23	235.611,10	263.965,05	152.591,27	277.681,71	118.112,48	96.132,28	188.821,65	2.128.196,15	3.095.423,00
Receita Industrial	638.262,60	393.579,75	387.135,36	377.403,76	714.739,19	506.132,21	557.295,67	369.047,26	391.002,70	604.618,20	499.092,93	308.245,48	5.746.555,11	14.155.452,00
Receita de Serviços	11.301.135,98	11.788.259,28	10.448.641,92	11.613.748,55	11.215.649,72	10.120.807,64	12.695.627,22	9.758.211,17	10.282.887,19	8.841.481,98	7.724.855,12	12.946.606,37	128.737.912,14	139.675.259,00
Transferências Correntes	207.334.147,19	225.015.470,88	235.070.446,37	216.775.856,05	198.074.132,36	211.891.634,84	507.952.819,94	(84.213.502,84)	272.895.717,27	266.133.721,26	254.489.751,06	255.998.147,56	2.767.418.341,94	3.504.314.676,00
Cota-Parte do FPE	42.701.013,35	44.072.384,62	45.023.122,42	35.013.829,36	36.945.307,67	38.044.347,31	36.001.561,86	42.211.079,30	57.142.308,79	51.395.854,16	56.487.993,18	44.492.981,11	529.531.783,13	541.988.933,00
Transferências da LC. 87/1996	-	-	26.261.454,37	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	-	-	13.130.727,19	65.653.635,92	38.190.297,00
Transferências da LC. 61/1989	18.213.685,20	17.466.971,61	18.603.005,73	19.049.774,28	18.826.376,72	23.351.443,03	22.743.741,78	22.417.749,88	25.094.181,08	18.044.804,70	19.482.674,70	19.405.894,85	242.700.303,56	275.228.152,00
Transferências do FUNDEB	71.077.336,19	90.220.987,34	73.448.852,29	67.409.546,70	63.806.677,26	70.273.701,36	71.302.978,06	72.003.302,14	78.677.149,47	88.908.187,16	85.029.586,31	82.889.321,30	915.047.625,58	1.055.389.473,00
Outras Transferências Correntes	75.342.112,45	73.255.127,31	71.734.011,56	90.925.796,65	74.118.861,65	75.845.234,08	373.527.629,18	(225.222.543,22)	107.605.168,87	107.784.875,24	93.489.496,87	96.079.223,11	1.014.484.993,75	1.593.517.821,00
Outras Receitas Correntes	21.798.679,68	20.794.372,02	17.779.504,94	19.953.086,71	22.544.555,87	19.808.075,09	21.496.234,61	22.496.953,74	20.924.292,54	21.943.770,61	20.522.336,44	24.156.764,98	254.218.627,23	343.202.116,00
DEDUÇÕES (II)	296.665.697,43	270.809.802,88	279.044.883,04	273.406.985,37	267.864.427,80	304.332.988,52	295.940.626,38	283.068.248,65	331.898.297,59	323.711.971,83	316.062.672,02	319.300.416,84	3.562.107.018,35	4.064.629.671,00
Transferências Constitucionais e Legais ²	176.682.615,01	170.448.902,73	172.406.462,60	174.970.269,39	171.698.184,40	180.409.047,82	192.107.015,39	176.262.977,97	196.967.442,39	193.894.392,18	194.181.546,66	193.011.476,52	2.193.040.333,06	2.509.399.765,00
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	19.953.689,69	19.408.738,26	19.499.147,47	19.376.345,84	18.045.008,49	22.012.884,61	19.721.596,59	21.078.851,09	43.569.569,93	20.416.761,11	19.378.359,56	24.728.535,70	267.189.488,34	279.528.060,00
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	-	-	-	-	-	16.480.718,46	971.266,13	-	-	4.098.266,95	836.132,07	876.746,60	23.263.130,21	9.600.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	100.029.392,73	80.952.161,89	87.139.272,97	79.060.370,14	78.121.234,91	85.430.337,63	83.140.748,27	85.726.419,59	91.361.285,27	105.302.551,59	101.666.633,73	100.683.658,02	1.078.614.066,74	1.266.101.846,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	635.466.608,09	675.927.982,87	686.351.826,81	657.625.347,69	657.285.165,57	680.579.498,67	981.492.791,36	779.608.455,18	820.211.267,12	779.863.918,05	726.693.898,69	731.860.084,39	8.812.966.844,49	9.609.890.762,00

FONTE: Demonstrativo da Receita dos Órgãos - Relatório SCE 005

NOTAS: 1 Deduzidos os valores das devoluções de receita registrados nas contas de Deduções de Receita.

2 Incluído os valores das receitas do Fundo Social pertencentes aos Municípios, registrados nas contas de Deduções de Receita.

3 Incluído os valores das Contribuições Previdenciárias Patronais dos servidores em Licença sem Vencimento e a Disposição de outros Entes Federados.

Florianópolis, 25 de abril de 2008

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL POR PODER
ABRIL DE 2007 A MARÇO DE 2008

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

ESPECIFICAÇÃO	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08	TOTAL
Poder Legislativo	17.609.146,42	15.398.798,95	20.479.045,45	16.327.461,27	15.654.775,74	15.783.545,21	15.860.631,31	16.291.933,41	25.278.285,38	19.444.361,29	17.376.678,98	18.820.400,19	214.325.063,60
Assembleia Legislativa	13.511.309,47	11.080.146,77	14.786.227,13	11.876.083,57	11.480.438,72	11.399.743,21	11.446.059,51	11.881.494,18	18.109.237,17	14.134.553,51	12.808.872,27	14.098.586,40	156.612.751,91
Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)	14.850.554,94	12.577.486,37	16.209.075,47	13.260.764,16	12.469.213,28	12.783.491,36	12.810.681,27	13.220.282,38	21.779.389,43	14.207.122,50	14.138.759,40	15.457.668,48	173.764.489,04
Pessoal Ativo	10.903.584,88	9.451.398,77	12.253.202,86	10.107.252,68	9.105.159,12	9.523.096,94	9.530.249,68	9.980.882,35	16.932.760,15	10.957.389,38	10.780.080,44	11.368.491,10	130.893.548,35
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.946.970,06	3.126.087,60	3.955.872,61	3.153.511,48	3.364.054,16	3.260.394,42	3.280.431,59	3.239.400,03	4.846.629,28	3.249.733,12	3.358.678,96	4.089.177,38	42.870.940,69
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	1.339.245,47	1.497.339,60	1.422.848,34	1.384.680,59	988.774,56	1.383.748,15	1.364.621,76	1.338.788,20	3.670.152,26	72.568,99	1.329.887,13	1.359.082,08	17.151.737,13
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	115.227,87	115.227,87	115.227,87	(350.424,76)	17.621,96	21.048,70	19.378,27	19.146,63	15.192,03	58.936,91	57.881,06	80.739,58	285.203,99
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	119.353,42	154.309,90	143.718,73	21.140,09	278.281,98	159.580,92	178.518,09	153.322,50	68.396,05	13.632,08	50.048,41	30.167,46	1.370.469,63
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.104.664,18	1.227.801,83	1.163.901,74	1.713.965,26	692.870,62	1.203.118,53	1.166.725,40	1.166.319,07	3.586.564,18	-	1.221.957,66	1.248.175,04	15.496.063,51
Tribunal de Contas	4.097.836,95	4.318.652,18	5.692.818,32	4.451.377,70	4.174.337,02	4.383.802,00	4.414.571,80	4.410.439,23	7.169.048,21	5.309.807,78	4.567.806,71	4.721.813,79	57.712.311,69
Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)	4.698.996,82	4.965.559,25	6.325.049,79	7.241.273,73	5.245.131,56	5.038.319,78	5.219.614,82	5.072.539,68	11.763.286,76	5.964.826,55	5.252.312,19	5.690.561,59	72.477.472,52
Pessoal Ativo	3.045.992,72	3.265.059,87	4.141.985,23	4.764.034,52	3.222.580,96	3.323.293,86	3.504.588,90	3.357.513,76	7.699.381,17	4.260.279,36	3.478.117,87	3.839.150,84	47.901.979,06
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.653.004,10	1.700.499,38	2.183.064,56	2.477.239,21	2.022.550,60	1.715.025,92	1.715.025,92	1.715.025,92	4.063.905,59	1.704.547,19	1.774.194,32	1.851.410,75	24.575.493,46
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	601.159,87	646.907,07	632.231,47	2.789.896,03	1.070.794,54	654.517,78	805.043,02	662.100,45	4.594.238,55	655.018,77	684.505,48	968.747,80	14.765.160,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	5.561,62	-	2.084.451,10	384.543,89	-	150.107,00	7.019,61	3.178.931,96	194,66	-	3.603,87	5.814.413,71
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	601.159,87	641.345,45	632.231,47	705.444,93	686.250,65	654.517,78	654.936,02	655.080,84	1.415.306,59	654.824,11	684.505,48	965.143,93	8.950.747,12
Poder Executivo	308.579.712,23	291.750.638,63	312.002.859,03	290.229.577,53	293.358.145,35	284.229.838,59	227.495.496,91	234.954.267,06	271.769.331,34	300.070.981,59	306.009.967,23	338.966.639,40	3.459.417.454,89
Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)	338.775.639,34	336.892.690,86	342.328.147,41	353.204.735,64	346.132.238,36	351.026.008,63	349.336.495,79	353.736.505,55	450.392.211,93	347.042.374,18	346.686.212,17	376.004.696,19	4.291.557.956,05
Pessoal Ativo	219.157.436,13	215.903.705,16	221.202.902,95	216.698.375,91	223.418.512,15	226.347.803,01	224.669.123,82	232.406.203,15	293.253.831,92	224.315.982,79	222.049.777,83	250.623.708,05	2.770.047.362,87
Pessoal Inativo e Pensionistas	119.618.203,21	120.988.985,70	121.125.244,46	136.506.359,73	122.713.726,21	124.678.205,62	124.650.520,26	121.330.302,40	156.131.817,01	122.726.391,39	123.969.078,09	124.689.478,16	1.519.128.312,24
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	16.851,71	-	1.006.563,00	-	667.356,25	691.509,98	2.382.280,94
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	30.195.927,11	45.142.052,23	30.325.288,38	62.975.158,11	52.774.093,01	66.796.170,04	121.840.998,88	118.782.238,49	178.622.880,59	46.971.392,59	40.676.244,94	37.038.056,79	832.140.501,16
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	274.376,65	262.567,56	271.961,22	284.470,58	307.128,81	314.786,60	320.802,15	360.167,45	399.954,02	572.080,52	483.841,62	503.912,55	4.356.049,73
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.900.326,76	1.360.010,84	2.579.640,81	3.189.474,83	1.795.126,86	2.053.197,31	1.780.877,45	1.608.682,06	12.565.064,48	-	-	-	29.832.401,40
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ¹	27.021.223,70	43.519.473,83	27.473.686,35	59.501.212,70	50.671.837,34	64.428.186,13	119.739.319,28	116.813.388,98	165.657.862,09	46.399.312,07	40.192.403,32	36.534.144,24	797.952.050,03
Poder Judiciário	36.666.543,95	26.932.768,21	27.473.378,25	28.694.075,71	28.786.812,69	28.291.187,88	28.618.194,69	34.393.529,61	58.230.396,96	32.096.390,06	31.841.456,34	31.977.633,07	394.002.367,42
Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)	41.046.433,63	30.935.533,65	34.861.664,29	33.059.512,85	36.268.886,27	32.797.420,13	39.304.477,15	42.668.587,39	69.696.063,47	36.493.950,97	36.307.907,00	38.576.493,42	472.016.930,22
Pessoal Ativo	32.451.220,31	24.426.726,66	26.450.237,83	25.733.749,75	27.662.524,33	26.054.398,15	32.529.810,91	32.668.059,43	56.245.502,77	29.348.668,73	29.154.111,15	31.447.868,00	374.172.878,02
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.595.213,32	6.508.806,99	8.411.426,46	7.325.763,10	8.606.361,94	6.743.021,98	6.774.666,24	10.000.527,96	13.450.560,70	7.145.282,24	7.153.795,85	7.128.625,42	97.844.052,20
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	4.379.889,68	4.002.765,44	7.388.286,04	4.365.437,14	7.482.073,58	4.506.232,25	10.686.282,46	8.275.057,78	11.465.666,51	4.397.560,91	4.466.450,66	6.598.860,35	78.014.562,80
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.970,97	3.689,93	5.436,54	4.777,62	2.116,49	356,70	382,24	11.634,78	7.760,54	7.967,70	3.477,18	9.940,48	61.511,17
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	644.551,47	170.007,96	3.536.654,65	574.782,16	3.398.959,43	393.517,66	6.650.032,74	3.464.491,51	2.694.375,57	-	-	-	21.527.373,15
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.731.367,24	3.829.067,55	3.846.194,85	3.785.877,36	4.080.997,66	4.112.357,89	4.035.867,48	4.798.931,49	8.763.530,40	4.389.593,21	4.462.973,48	6.588.919,87	56.425.678,48
Ministério Público	12.351.366,49	12.326.678,45	9.829.105,84	12.618.302,54	12.461.381,97	12.451.820,05	12.448.117,14	12.347.818,97	9.010.043,86	13.177.242,45	12.976.110,72	12.806.558,18	144.804.546,66
Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)	15.483.110,26	14.196.521,13	12.359.160,39	15.157.466,00	15.020.320,14	15.037.994,42	14.955.743,91	15.037.994,42	20.102.183,69	15.878.126,58	15.664.511,06	16.310.151,74	185.188.873,89
Pessoal Ativo	11.821.957,49	11.055.140,06	8.935.150,90	11.802.751,42	11.647.695,20	11.612.044,34	11.618.476,89	11.528.449,02	13.738.228,67	12.348.232,62	12.154.649,38	12.797.006,50	141.059.782,49
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.661.152,77	3.141.381,07	3.424.009,49	3.354.714,58	3.372.624,94	3.411.540,23	3.419.517,53	3.427.294,89	6.363.955,02	3.529.893,96	3.509.861,68	3.513.145,24	44.129.091,40
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	3.131.743,77	1.869.842,68	2.530.054,55	2.539.163,46	2.558.938,17	2.571.764,52	2.589.877,28	2.607.924,94	11.092.139,83	2.700.884,13	2.688.400,34	3.503.593,56	40.384.327,23
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.188.333,39	4.018,12	630.606,74	641.382,93	659.930,84	677.752,56	696.590,48	709.481,82	6.934.728,46	757.607,22	767.567,02	755.596,03	14.423.595,61
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.943.410,38	1.865.824,56											



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL POR PODER
ABRIL DE 2007 A MARÇO DE 2008

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

ESPECIFICAÇÃO	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08	TOTAL
Consolidado (Total Geral do Estado)	375.206.769,09	346.408.884,24	369.784.388,57	347.869.417,05	350.261.115,75	340.756.391,73	284.422.440,05	297.987.549,05	364.288.057,54	364.788.975,39	368.204.213,27	402.571.230,84	4.212.549.432,57
Despesa Bruta com Pessoal (art. 18 da LRF)	414.854.734,99	399.567.791,26	412.083.097,35	421.923.752,38	415.135.789,61	416.668.824,47	421.709.263,45	429.653.658,91	573.733.135,28	419.586.400,78	418.049.701,82	452.039.571,42	5.195.005.721,72
Pessoal Ativo	277.380.191,53	264.102.030,52	272.983.479,77	269.106.164,28	275.056.471,76	276.860.636,30	281.852.250,20	289.941.107,71	387.869.704,68	281.230.552,88	277.616.736,67	310.076.224,49	3.464.075.550,79
Pessoal Inativo e Pensionistas	137.474.543,46	135.465.760,74	139.099.617,58	152.817.588,10	140.079.317,85	139.808.188,17	139.840.161,54	139.712.551,20	184.856.867,60	138.355.847,90	139.765.608,90	141.271.836,95	1.728.547.889,99
Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização	-	-	-	-	-	-	16.851,71	-	1.006.563,00	-	667.356,25	691.509,98	2.382.280,94
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	39.647.965,90	53.158.907,02	42.298.708,78	74.054.335,33	64.874.673,86	75.912.432,74	137.286.823,40	131.666.109,86	209.445.077,74	54.797.425,39	49.845.488,55	49.468.340,58	982.456.289,15
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	393.575,49	381.485,36	392.625,63	(61.176,56)	326.867,26	336.192,00	340.562,66	390.948,86	422.906,59	638.985,13	545.199,86	594.592,61	4.702.764,89
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.852.565,04	1.693.908,44	6.890.620,93	6.511.231,11	6.516.843,00	3.284.048,45	9.456.125,76	5.942.997,50	25.441.496,52	771.433,96	817.615,43	789.367,36	72.968.253,50
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	34.401.825,37	51.083.513,22	35.015.462,22	67.604.280,78	58.030.963,60	72.292.192,29	127.490.134,98	125.332.163,50	183.580.674,63	53.387.006,30	48.482.673,26	48.084.380,61	904.785.270,76

FONTE: Comparativo da Despesa Autorizada, Empenhada, Liquidada e Paga - Relatório SOF652
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

NOTA:

¹ Nesta linha foram informados os valores das despesas custeadas com recursos diretamente arrecadados pelo RPPS, bem como seu superávit financeiro. Dessa forma, não foram consideradas as despesas custeadas com as fontes 0100, 0300, 0240 e 0260 provenientes de repasses financeiros efetuados ao RPPS.

OBSERVAÇÃO:

Conforme o art. 18 da LRF a despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e pensionistas com quaisquer **espécies remuneratórias**. Assim, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas liquidadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Serviços Terceirizados.

Florianópolis, 25 de abril de 2008

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC Nº 15.874/O

GRAZIÉLA LUIZA MEINCHEIM
GERENTE DE ESTUDOS E NORMALIZAÇÃO CONTÁBIL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2



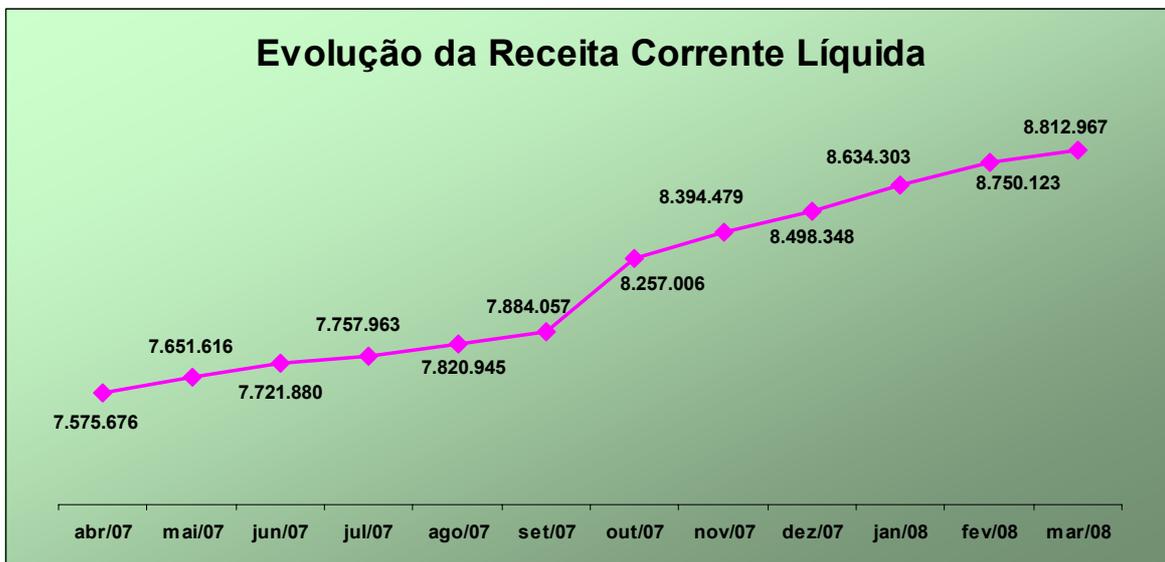
Análise dos Demonstrativos da Receita Corrente Líquida e da Despesa com Pessoal Abril de 2007 a Março de 2008

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida é o somatório dos últimos doze meses das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes deduzidas as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional e legal, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência, as receitas da compensação financeira entre os regimes previdenciários e as receitas para a formação do FUNDEB.

A informação constante do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida serve de referência para a verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal: despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, e concessão de garantias.

Na seqüência demonstramos a evolução da Receita Corrente Líquida no período de abril de 2007 a março de 2008.



Pela análise do gráfico percebe-se que o mês de outubro de 2007 apresentou um crescimento acima da média mensal, ocasionado principalmente pelo ingresso de receita decorrente da antecipação pela União de parcelas dos Títulos da Federalização do IPESC no valor de R\$ 275

milhões, sendo que estes títulos estavam sendo recebidos em parcelas mensais de aproximadamente R\$ 5 milhões.

Cabe registrar também que nos meses de novembro e dezembro de 2007 e janeiro de 2008 houve a regularização dos valores devidos pelo IPESC ao Tesouro do Estado, relativos ao Imposto de Renda na Fonte do período de 1999 a março de 2006. Embora tenha sido registrado durante os três meses uma receita de R\$ 146,5 milhões, apenas R\$ 50,7 milhões foram pagos com recursos diretamente arrecadados pelo IPESC, o restante foi pago através de liberações financeiras do Tesouro do Estado ao IPESC, **ou seja, dos R\$ 146,5 milhões que aumentaram a RCL, apenas R\$ 50,7 milhões incrementaram os cofres do Tesouro do Estado.**

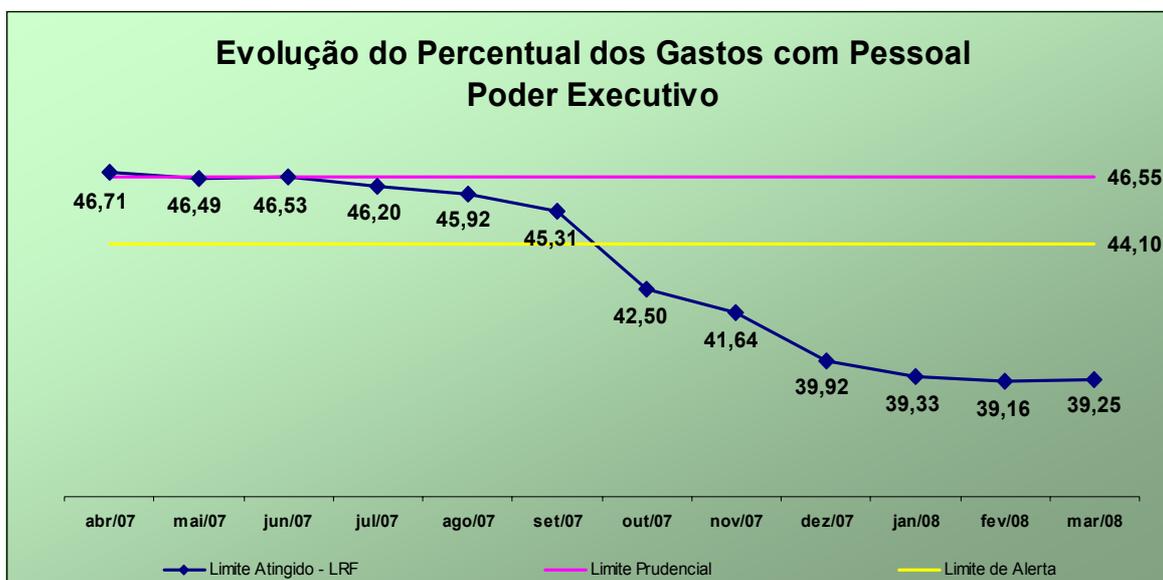
Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo das Despesas com Pessoal visa a assegurar a transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos e a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. **As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam um dos maiores agregados de dispêndio do Estado.** A LRF determina que no máximo 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado pode ser empregada com Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados de gastos por Poder e Órgão: Poder Executivo – 49%, Assembleia Legislativa – 2,20%, Tribunal de Contas – 0,80%, Poder Judiciário – 6% e Ministério Público – 2%.

A Despesa Total com Pessoal é apurada somando-se **os gastos dos últimos doze meses do ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias.** Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a **verbas indenizatórias**, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas executadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra - Serviços Terceirizados.

Poder Executivo

Na seqüência demonstramos o comportamento mensal do percentual do total da Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida, no período de abril de 2007 a março de 2008, para o Poder Executivo.



Constata-se que o mês de outubro de 2007 apresentou uma queda significativa no percentual das despesas com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida. Esta queda ocorreu em virtude do ingresso da antecipação dos Títulos da Federalização do IPESC no valor de R\$ 275 milhões que, além de aumentar a Receita Corrente Líquida, foi utilizado pelo IPESC no pagamento de Inativos (cujo valor não é computado como gasto com pessoal, pois os Inativos pagos com recursos do RPPS não são considerados como gastos com pessoal), acarretando num desembolso menor por parte do Tesouro do Estado a título de repasse para cobertura do déficit da folha de Inativos (valor computado nos gastos com pessoal). Ou seja, **os R\$ 275 milhões aumentaram a RCL e contribuíram para um repasse menor do tesouro do Estado para cobertura da folha de inativos, o que resultou numa situação temporária de Gastos com Pessoal do Poder Executivo no patamar de 39,25% da RCL.**

Se desconsiderássemos a Receita com a antecipação dos Títulos e as Despesas custeadas com estes recursos o percentual do Poder Executivo passaria para 43,74%.

Além disso, conforme dispõe o art. 19, inciso VI da LRF, as aposentadorias e pensões pagas pelo IPESC com recursos diretamente arrecadados pela entidade não devem ser computadas no gasto com pessoal.

Assim, em relação ao Poder Executivo, embora o demonstrativo evidencie uma margem percentual para um crescimento dos gastos com pessoal, **essa folga não se reflete no fluxo de caixa do Tesouro do Estado**, visto que o aumento da arrecadação não significa recursos disponíveis exclusivamente para folha de pessoal, uma vez que as vinculações constitucionais e legais da receita (educação, saúde, dívida pública, repasse

aos Poderes e Órgãos, entre outros) e as crescentes demandas por investimentos delimitam a aplicação de tais recursos.

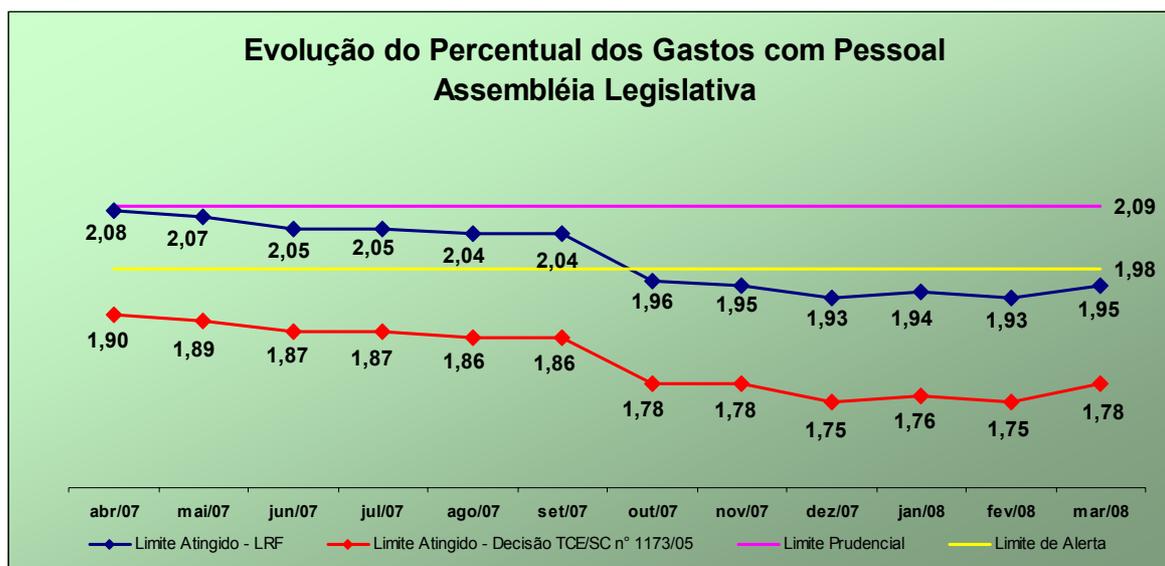
Demais Poderes e Órgãos

Na seqüência demonstramos o comportamento mensal do percentual da Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida, para fins de apuração do limite, conforme a LRF e a Decisão TCE nº 1173/2005, no período de abril de 2007 a março de 2008, para a Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Poder Judiciário e Ministério Público.

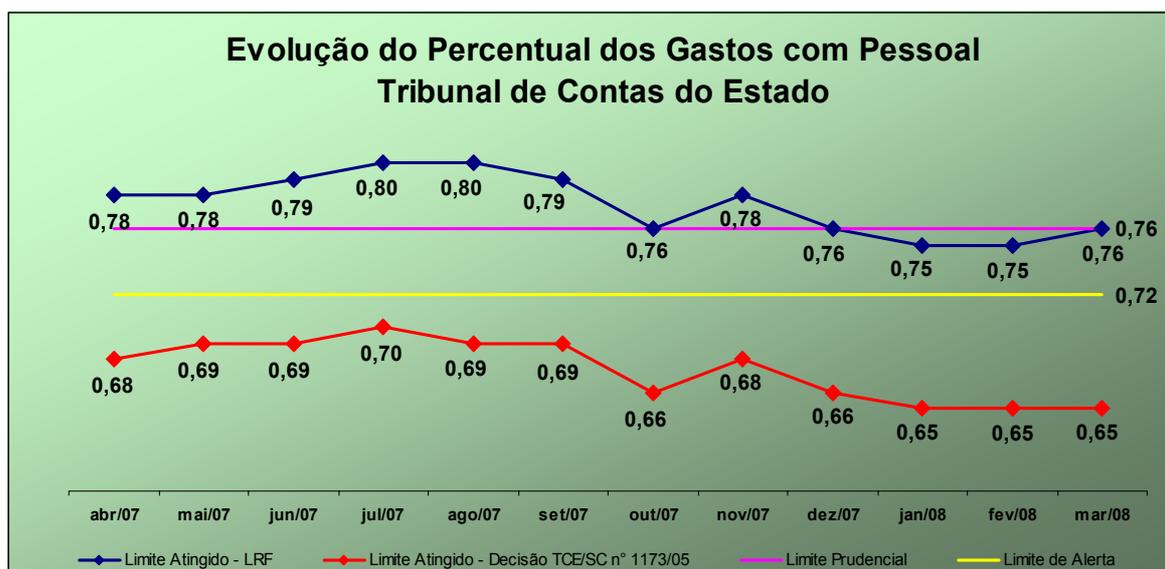
A Decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 1173/2005 (em vermelho nos gráficos) estabelece que, para fins de apuração do limite, deverão ser deduzidas das despesas com pessoal as Contribuições Previdenciárias dos Poderes Legislativo (incluído o Tribunal de Contas) e Judiciário e do Ministério Público repassadas ao RPPS (IPESC).

Pela análise dos gráficos a seguir podemos observar uma queda significativa do percentual no mês de outubro de 2007, para todos os Poderes e Órgãos, decorrente do ingresso da antecipação dos Títulos da Federalização do IPESC.

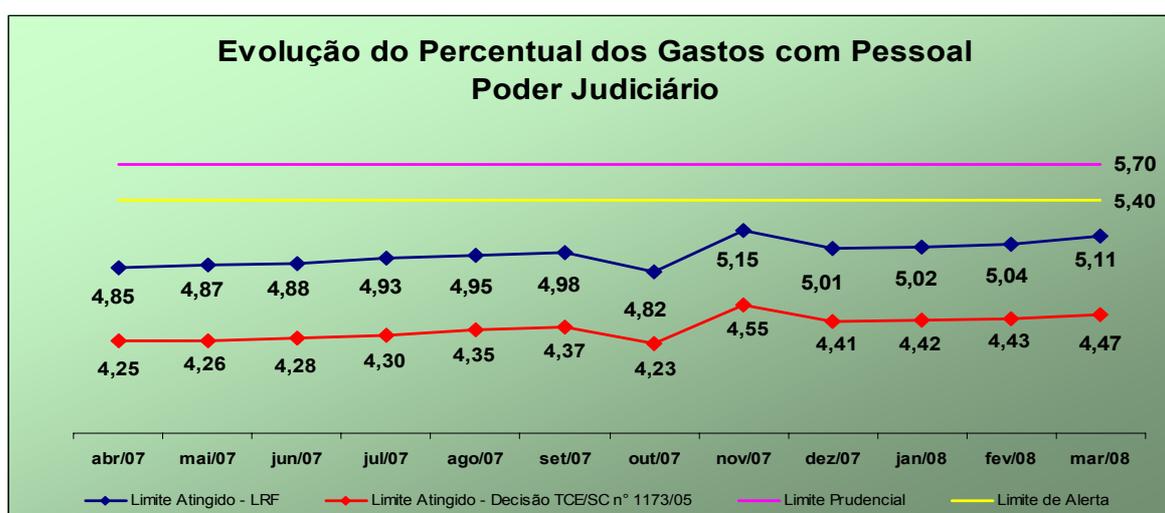
No mês de novembro de 2007 verificamos uma elevação do percentual no Tribunal de Contas, no Ministério Público e no Poder Judiciário, em virtude da mudança de metodologia de cálculo, no que diz respeito às Despesas com Pessoal de Exercícios Anteriores, as quais para o Estado de Santa Catarina devem observar o regramento do Decreto Estadual nº 256, de 8 de maio de 2007, que destaca subelementos específicos para as despesas que devem ser deduzidas para a apuração das Despesas com Pessoal.



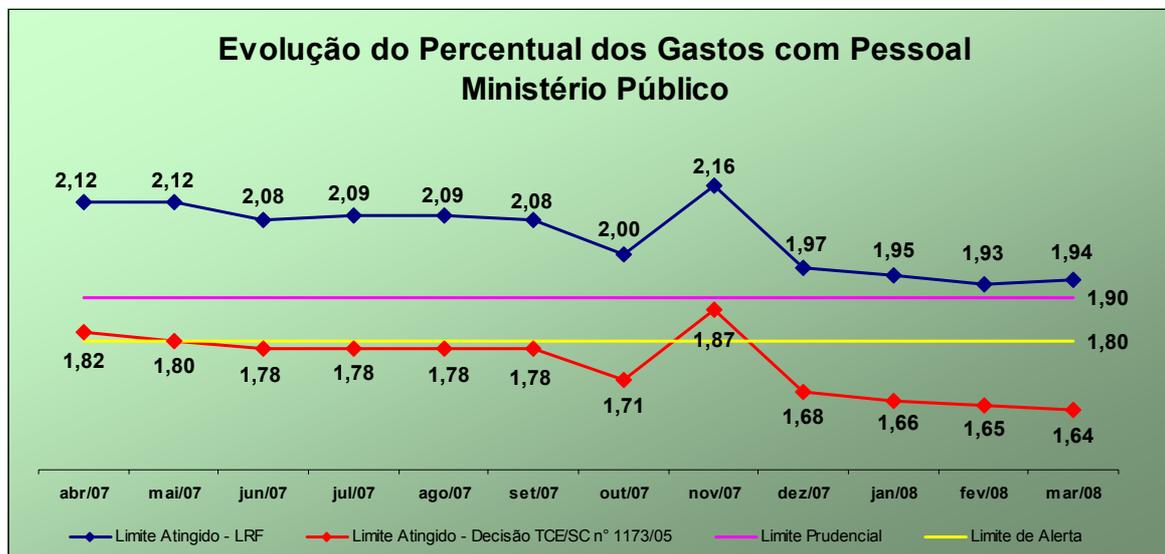
A Assembléia Legislativa a partir de outubro de 2007, vem apresentando o percentual dos gastos com Pessoal e Encargos abaixo do limite de alerta de 1,98%. O percentual calculado com base na LRF (linha azul), embora próximo do limite de alerta, também vem se comportando, deste outubro de 2007, abaixo do limite de alerta.



O Tribunal de Contas do Estado em vários meses seguidos (abril a dezembro de 2007), segundo a LRF (linha azul), ultrapassou o limite prudencial de 0,76% estabelecido pela Lei, inclusive chegou ao limite máximo de 0,80%, nos meses de julho e agosto de 2007. No entanto, com a exclusão das contribuições previdenciárias repassadas ao IPESC, conforme a Decisão TCE/SC nº 1173/2005 (linha vermelha), o órgão encontra-se atualmente num limite confortável, abaixo do limite de alerta de 0,65%.



O Poder Judiciário é o único a apresentar o percentual do limite dos Gastos com Pessoal abaixo do limite de alerta de 5,40%, seja conforme a LRF, seja conforme a Decisão do TCE/SC n° 1173/2005.



O Ministério Público em vários meses seguidos (abril a setembro e novembro de 2007), segundo a LRF (linha azul), ultrapassou o limite máximo de 2% estabelecido pela Lei. No entanto, com a exclusão das contribuições previdenciárias repassadas ao IPESC, conforme Decisão TCE/SC n° 1173/2005 (linha vermelha), o órgão encontra-se atualmente num percentual confortável, abaixo do limite de alerta de 1,80%.

Florianópolis, 06 de maio de 2008.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRCSC n° 15.874/O

Graziéla Luiza Meinheim
Gerente de Estudos e Normatização Contábil
Contadora CRCSC n° 25.039/O-2

Tatiana Borges
Contadora da Fazenda Estadual
CRCSC n° 22.809/O-3